

A DINÂMICA ATUAL DA PAISAGEM NO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rosana Cristina Biral*

Messias Modesto dos Passos**

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de um Projeto de Pesquisa em fase de implantação, onde o principal objetivo é avaliar as relações sociedade-natureza desenvolvidas historicamente no Oeste do Estado de São Paulo.

Esta região sofreu uma série de mudanças na sua economia e no meio ambiente após seu povoamento, iniciado por volta de 1920. O desmatamento, a agricultura e a pastagem extensiva numa região de solos arenosos transformaram profundamente a paisagem, através da erosão, lixiviação do solo e assoreamento dos cursos d'água.

O desenvolvimento desta região se caracteriza por uma acentuada migração rural, cujas causas determinantes oscilam entre as condições de mercado e o esgotamento dos solos, tornando inviável, em alguns períodos, determinadas atividades agrícolas. A dinâmica atual da paisagem nessa região resulta do jogo dessas relações.

POTENCIAL ECOLÓGICO

Segundo as informações obtidas com o Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado de São Paulo (BRASIL-Ministério da Agricultura, 1960), os principais tipos de solos encontrados nesta região são:

- Latosol Vermelho Escuro-Fase Arenosa (LEa), constituído de solos profundos, arenosos, acentuadamente drenados, de cor geralmente vermelho escuro, originado do Arenito Bauru sem cimento calcário. O relevo dominante nas áreas onde ocorre o latosol vermelho escuro-fase arenosa, é suavemente ondulado, apresentando também relevo ondulado. A altitude onde se apresenta este tipo de solo varia entre 300 a 560 metros, estando a maior parte situada em torno de 400 metros. Neste tipo de solo a vegetação original era a Floresta Latifoliada tropical. Nessa região do Estado de São Paulo, onde o desmatamento é relativamente recente, os solos foram aproveitados durante alguns anos para culturas e posteriormente utilizados para pastagem;

- Solos Podzolizados da Variação Lins e Marília, este agrupamento é formado por solos também arenosos, desenvolvidos a partir de Arenito Bauru com cimento calcário, com podzolização acentuada e alta saturação de bases; são normalmente férteis. Essa unidade é constituída por duas variedades:

a) Variação Lins (Pln), constituído por solos com profundidade variável de 2 a 3 metros, bem drenados e arenosos; a altitude das áreas onde ocorre este tipo de solo com maior frequência é em 400 metros; a vegetação original era as florestas Latifoliada Tropical e a Latifoliada Tropical Semidecídua. Atualmente poucas manchas

* Mestranda no curso de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP, Pres. Prudente - Brasil

** Prof. Dr. do Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Pres. Prudente Brasil

florestais são conservadas nessas áreas por serem solos bastante utilizados na agricultura e pecuária;

b) Variação Marília (PMI), essa unidade de mapeamento é formada por solos um pouco mais rasos do que os da Variação Lins, surgem em relevo ondulado e fortemente ondulado, ocupando geralmente os topos dos espigões, esses solos eram destinados principalmente para o cultivo do café, atualmente é ocupado por outros cultivos e pastagens.

- Solos Hidromórficos, são solos que possuem como característica principal a grande influência do lençol freático, condicionada principalmente pelo relevo. Esta unidade de mapeamento é constituída por solos de várzea, normalmente com relevo plano, pouco profundos com características associadas com o encharcamento, redundando em acumulação de matéria orgânica na primeira camada; a vegetação característica deste tipo de solo é vegetação de porte herbáceo e arbustivo, esses solos desenvolvem-se de sedimentos aluviais provenientes da erosão das rochas, transportados e depositados ao longo dos cursos dos rios.

O Oeste do Estado de São Paulo possui uma rica rede de drenagem formada principalmente por três importantes rios que também são utilizados como limites naturais dessa região. Ao Norte está localizado o Rio Paraná que separa o Oeste Paulista do Estado de Mato Grosso do Sul; no limite Sul separando o Estado de São Paulo do Estado do Paraná está o Rio Paranapanema; a Oeste o Estado de São Paulo é limitado pela confluência desses dois rios e a Leste, a Região Oeste Paulista é limitada pelo Rio do Peixe, afluente do Rio Paraná.

Esta região tem segundo MONTEIRO (1963), seu clima controlado predominantemente, por Massas de Ar Equatoriais e Tropicais e é classificado como Clima Tropical alternadamente úmido e seco (STRAHLER) e, como mesotérmico, Grupo Cwa, com verão quente e inverno seco; pluviosidade anual entre 1.100 e 1.300 mm (mês mais seco, menos de 30 mm) ; temperatura média anual do mês mais quente superior a 22 °C e do mês mais frio superior a 18 °C.

HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO OESTE PAULISTA

A decadência da mineração (ouro e diamante) em Minas Gerais, obrigou no início do século XVIII a economia brasileira a procurar novas alternativas de desenvolvimento. Por tratar-se de um país de grande extensão territorial e com necessidade de povoamento, a agricultura mostrou-se uma boa opção, e Minas Gerais, que antes era pólo atrativo de todo país tornou-se fornecedor de pessoas desejosas de construir suas vidas com outra atividade que não a mineração.

As primeiras “levas” de mineiros que chegaram ao Vale do Rio Paranapanema tiveram grande dificuldade em instalar-se, pois tratava-se de uma região de mata fechada habitada por aborígenes. Porém, a qualidade demonstrada pelo solo foi atraindo os agricultores sequiosos por novas terras.

Em meados do século XIX, grande parte da área do Oeste Paulista tinha sido desmatada, loteada e povoada, tendo como atividade principal o café. É importante ressaltar no entanto, que a ferrovia teve um papel fundamental na ocupação da porção Oeste do Estado, pois “sem a ferrovia, não teriam entrado tantos compradores, colonos

em busca de fortuna, aventureiros de toda espécie. Ela foi fator marcante no progresso da região”(ABREU, 1972).

O café foi um dos principais ciclos econômicos do Oeste e graças ao incentivo fornecido pelo mercado internacional, no início do século XX o cafezal era a cultura predominante nos espigões desta região. Mas esta atividade levou rapidamente ao empobrecimento do solo, visto que o Arenito Bauru fase arenosa, mostrou-se muito susceptível à erosão e à perda da fertilidade.

A rápida perda de fertilidade do solo, somam-se a crise da superprodução e, sobretudo a quebra da Bolsa de Nova Iorque (1929), fatores determinantes para a substituição do café por outras culturas.

A partir de 1930, Inicia-se a diversificação da agricultura do Oeste Paulista: algodão, amendoim, etc. A menta e o rami foram duas culturas implantadas e mantidas apenas durante o período da Segunda Guerra Mundial.

É a partir de 1950, com a instalação dos primeiros frigoríficos que a atividade pecuária realmente se fortaleceu, e segundo consta em LEITE (1972), os fatores que favoreceram a expansão desta atividade foram: a substituição dos cafezais logo após a crise da déc. de 30 por pastagem e algodão; a crise que atingiu a lavoura algodoeira na déc. de 40; a perda gradativa da fertilidade dos solos; os preços insuficientes dos produtos agrícolas e principalmente a necessidade de suprir os mercados consumidores de carne (São Paulo e Rio de Janeiro) que haviam ampliado-se. Foi a união de todos estes fatores que fez com que o gado assumisse a posição de destaque no setor econômico da região.

O parcelamento da grande propriedade observado a partir dos anos 30, teve repercussão direta na cobertura vegetal, visto que o Código Florestal de 1934 estabelecia a obrigatoriedade da preservação de $\frac{3}{4}$ da vegetação original por propriedade. Assim sendo, cada nova propriedade, embora obedecendo o Código Florestal, contribuía para a eliminação da cobertura vegetal primitiva.

Assim, a área localizada na porção mais extrema do Oeste Paulista passou a sofrer praticamente os mesmos processos impostos pela fronteira agrícola ao restante desta região. Porém, a Frente Pioneira só alcança e se mantém na área “core” do Pontal do Paranapanema no período de 1945-1965, quando também grande parte da Mata Tropical Semidecídua passou a ser substituída por pastagens.

Em 1941, foram criadas as reservas estaduais do Pontal (mais ou menos 246 mil hectares) e do Morro do Diabo (mais ou menos 37 mil hectares). Atualmente, restam apenas, cerca de 35 mil hectares, visto que parte das áreas reservadas foram ocupadas pelos fazendeiros da região e transformadas em pastagens.

A TERRA, CONDIÇÃO FUNDAMENTAL PARA A VIDA NO CAMPO

Tomando toda a área do Oeste Paulista, podemos dizer que embora a distribuição da malha fundiária esteja longe de ser igualitária, identifica-se regiões do Estado (principalmente as de ocupação mais antiga) com desigualdades muito mais intensas. Todavia, o Pontal do Paranapanema possui uma difícil problemática sócio-ambiental, pois com a instalação dos latifúndios e da pecuária, muitas pessoas, que eram utilizadas como mão-de-obra nas lavouras de café e algodão deixaram de trabalhar, instalando-se uma grave crise social.

Em 1980, o país se achava numa fase de aumento do consumo de energia elétrica e teve início a construção das Usinas Hidroelétricas da CESP - UHE, de Rosana,

Taquaruçu (Rio Paranapanema) e Porto Primavera (Rio Paraná) e grande número dos trabalhadores foram absorvidos neste projeto.

No entanto, em 1982/1983 manifesta-se uma recessão no país com o consumo de energia elétrica apresentando taxas bastante inferiores às das duas décadas passadas, o que aliado às dificuldades financeiras, levou a CESP a reajustar seus cronogramas de obras. Com a desaceleração das obras, novamente o desemprego instalou-se na região, e com ele um clima de revolta.

Estes trabalhadores que haviam sido “dispensados” pelos fazendeiros e agora pela CESP, passaram a se organizar através da Igreja, sindicatos e partidos políticos reivindicam a reforma agrária nos latifúndios improdutivos, formando assim, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra o que faz desta região palco de muitos conflitos entre os trabalhadores sem terra e os fazendeiros

De acordo com os registros encontrados sobre a questão fundiária, podem ser distinguidas três fases que aplicam-se a praticamente toda a região Oeste do Estado: a primeira caracterizada pela ocupação, onde predominam as grandes propriedades e baixa densidade populacional; a segunda fase a partir da década de 30, os grandes latifúndios começam a ser divididos, surgindo as pequenas propriedades e aumentando o adensamento populacional; a terceira e última fase onde percebemos que a partir da déc de 70 começa a ocorrer novamente o aumento das grandes propriedades e o desaparecimento das pequenas, ao mesmo tempo em que há uma grande migração da população rural para as áreas urbanas.

Utilizando os documentos com os dados censitários das últimas décadas podemos constatar fatos que são constantes em várias partes do Brasil e de países que tem suas bases fincadas na agropecuária: a concentração fundiária progressiva, principalmente no que se refere a diminuição do número de propriedades com menos de 100 hectares, seguido do predomínio de agrossistemas e monoculturas; diminuição intensa da população rural, contrapondo-se ao “inchaço” apresentado pelas grandes áreas urbanas, principalmente os maiores centros. Todo este processo tornou-se mais claro a partir da década de 70.

Nós vimos que o histórico da região nos três ciclos seqüenciais (que podemos simplificar em três fases: café - 20/30, algodão - 30/40 e pecuária 40 - até os dias atuais), onde predomina sempre a necessidade de explorar o potencial agrícola ao máximo, e estas explorações seguem até que a política agrícola e econômica ou o esgotamento do solo faça com que o quadro produtivo transforme-se novamente.

A partir do momento em que a vegetação original foi retirada, as relações e o equilíbrio ecológico foram alterados: a área passa a ficar mais exposta e sujeita a ação dos agentes morfogenéticos.

A utilização intensa, sem a aplicação de técnicas conservacionistas, fez com que o solo da região passasse por um processo de “lavagem” e empobrecimento, o que ocasiona além da perda da fertilidade, o acúmulo de sedimentos no leito dos rios assoreando-os e lesionando a paisagem.

Em síntese, conclui-se que a cobertura vegetal associada a um programa de manejo e conservação do solo apresentaria um ótimo recurso para minimizar o desgaste do solo e manter o equilíbrio deste grande ecossistema. Em todas as fases de exploração, desde a retirada da cobertura vegetal, em raríssimos momentos o solo foi objeto de uma política de preservação ambiental e em praticamente nenhum momento a população camponesa foi alvo de uma política agrícola e econômica de conscientização e fixação do homem ao campo.

Estes são ao nosso ver, os principais motivos da situação agrícola apresentar-se neste quadro de empobrecimento do solo, desestímulo da população e êxodo rural.

CONCLUSÃO

Este trabalho busca ressaltar a importância da paisagem como reflexo das transformações ambientais observadas durante o processo de apropriação e exploração realizado pelo homem.

A paisagem é um produto resultante da integração de elementos naturais e antrópicos que interagem entre si ao longo do tempo, e é esta relação existente entre os seus componentes que é responsável pelo equilíbrio ecológico de toda região.

Ao considerar a paisagem como um produto resultante também das relações humanas, não nos colocamos na posição de quem considera que todos os recursos não devem ser utilizados, apenas estamos propondo uma reflexão sobre o modo como o homem vem transformando a natureza, e quais são as conseqüências destas transformações, demonstrando que o homem pode interferir na sua própria condição de existência a partir da utilização desmedida dos recursos naturais.

Ao nosso ver, assinalar as principais transformações que contribuíram para a alteração no modo de vida do homem do campo, talvez seja uma boa tentativa de analisar quais procedimentos levaram ao desequilíbrio ambiental e quais atitudes deverão ser tomadas se não no sentido de solucionar, ao menos buscando amenizar os principais problemas gerados.

Sabemos que as principais transformações ocorridas na sociedade, surgiram depois que os homens passaram a utilizar os recursos naturais como bens inesgotáveis e indelévels para a produção de bens de consumo, por isso conclui-se que os problemas ambientais só serão resolvidos quando os recursos naturais deixarem de ser encarados dessa forma, e passarem a ser utilizados de modo racionalizado de acordo com a verdadeira necessidade de consumo da população podendo assim administrar os recursos e manter a condição ambiental em equilíbrio. Esta mudança porém está condicionada principalmente às transformações culturais da população como um todo e esta conscientização passa antes pela questão da educação ambiental. Todos nós devemos tomar consciência de que

“somos a cada passo advertidos de que não podemos dominar a natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da natureza, nós lhe pertencemos, (...) estamos no meio dela; e todo o nosso domínio sobre ela consiste na vantagem que levamos sobre os demais seres de poder chegar a conhecer suas leis e aplicá-las corretamente” ENGELS apud CASSETI (1991).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Agricultura. Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado de São Paulo. São Paulo: 1960

CASSETI, V. Ambiente e apropriação do relevo. São Paulo: Contexto, 1991.

PASSOS, M. M. O Pontal do Paranapanema: um estudo de geografia física global. São Paulo: FFLCH/USP, 1988. (Tese de Doutorado)

SUDO, H. Bacia do alto Santo Anastácio. São Paulo: USP, 1980. (Tese de Doutorado)